

VI — APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá) — Os Srs. Constituintes que tenham Proposições a apresentar, queiram fazê-lo.

Nenhum dos Srs. Constituintes apresenta proposição nesta data.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá) — Passa-se ao horário de

VIII — PRONUNCIAMENTOS SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL

Tem a palavra o Sr. Joaquim Francisco.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Retorno a esta tribuna de tantas (passadas e presentes) ressonâncias, para juntar de novo a minha voz à voz dos meus companheiros Constituintes e, portanto, à voz do meu povo: o povo do Brasil, o povo de Pernambuco, o povo do Recife.

Retorno praticando os valores que sempre defendi: a integridade, a transparência, a seriedade no trato da coisa pública, o despreço às glórias fugidias, a postura vertical dos que não se curvam. Não cometi gesto de rebeldia impensada ou de calculado utilitarismo político. Voltei. E — afirmo hoje com a consciência tranqüila — foi a coerência que me trouxe pelo braço.

Reassumindo nesta Casa — após três meses e poucos dias de circunstancial ausência — as funções de Deputado Federal Constituinte, das quais me licenciara para exercer o cargo de Ministro de Estado do Interior, reafirmo a missão e o compromisso dos quais nunca me liberei: servir sem me servir. Em dezoito anos de vida pública, como Dirigente de Entidade Estadual, Secretário de Estado ou Prefeito do Recife, fui sempre fiel ao povo a que servi. E, para isto, precisei ser, antes de tudo e acima de tudo, fiel a mim mesmo.

Pos isso estou aqui e agora, tranqüila a consciência, com o sentimento de que cumpri o dever ético para com a Nação e para comigo: o dever ético da transparente coerência do gesto.

Vim, dentre a gente sofrida do Nordeste para esta Assembléia Nacional Constituinte, pelas mãos de mais de 142.000 eleitores. E sempre considerei que meus eleitores eram (e são) cientes e conscientes do valor de sua cidadania, expressa — no fenômeno eleitoral — pela liberdade de opção. E que essa opção implica menos a escolha do homem físico que a eleição dos valores e compromissos que esse homem representa. Por isso não posso, no exercício da função pública, repudiar o meu discurso mas, pelo contrário, terei sempre de compatibilizar gesto e voz, ação e discurso, teoria e praxes.

Em curto período no exercício da atividade constituinte — cerca de três meses — procurei essa compatibilidade. Defendi desta tribuna, em uma dezena de pronunciamentos, questões como a Reforma Institucional, a Reforma Tributária, a Reforma Agrária, a Reforma Educacional. Detive-me mais amíúde na questão urbana, por entender que, no contexto da cidade, se enclaustra a mais candente parcela da dívida social brasileira, posto

que nas áreas urbanas já se concentram 70% da população do País. São os fugitivos da pobreza do campo que trágica e desumanamente vêm conquistar a miséria, nas cidades. São os desassistidos do campos que se vêem metamorfoseados em seres periféricos, nas áreas urbanas periféricas. Sem casa, sem pão, sem trabalho, sem saúde, a quem a cidade nega o último patrimônio que lhes restava: a dignidade.

Já em campanha, em Pernambuco, fizera publicar meu compromisso de atuação nesta Casa, em plaqueta sob o título de "Uma Constituição Renovadora", em que coloquei os pontos principais referentes à organização do Estado (desde a perspectiva de uma filosofia política, ao regime, à forma de Governo, à estrutura morfológica do Estado, à correlação de poderes); referentes à Ordem Econômica e Social (desde a definição dos direitos coletivos à proteção ao trabalho, à questão da propriedade voltada para o bem comum, à educação, saúde, segurança e habitação, como exigências de justiça, e, bem assim, as reformas de base como imperativo condicionante da efetividade da ação de governo); referentes às liberdades individuais (sem as quais se amesquinha o homem, enquanto pessoa e enquanto cidadão).

Foram 90 dias de atuação nesta Casa em que vi e ouvi, participei do diálogo democrático e senti crescer em mim a determinação de efetivamente ser partícipe da construção do amanhã deste País.

Quiseram os fatos e os ventos das circunstâncias imponderáveis que, aceitando a indicação do meu partido, acatasse o chamamento do Presidente Sarney, para ocupar o Ministério do Interior. Partí para a nova missão, convencido de que poderia impregnar o meu trabalho no Minter com minha disposição para o trabalho, minha experiência em anteriores funções executivas, meu desejo de diálogo, minha mocidade, que é plena de esperanças e de sensibilidade, para o resgate das grandes dívidas do Governo com a Nação. Afinal de contas, fui soldado de primeira hora da Aliança Democrática e de suas teses. Por isso, em meu discurso de posse, afirmei, seguindo lição de Joaquim Nabuco, que os partidos políticos devem "concorrer e se harmonizar no fundamental, especialmente em época de dificuldade, irmanando-se na defesa do arcabouço geral das instituições, na moldura básica da nacionalidade". Acreditei que, conforme outra passagem de minha fala de posse no Ministério do Interior, que: "por sobre a diferença das perspectivas, a variedade das opiniões há que resultar em vetor preciso do bem comum".

Da mesma forma, em pronunciamento perante o Conselho Deliberativo da Sudene, afirmei que, apesar da crise institucional, política, econômica e social, que marca tão profundamente o rosto do País, não poderíamos arrefecer. Disse literalmente: "entendo que todo esse conjunto interferente de dimensões críticas não deve ter o poder de arrefecer ou acirrar os ânimos mas, pelo contrário, compele à União, ao diálogo, ao desarmamento dos espíritos, e a demonstrações palpáveis de decisão e entendimento, capazes de fazer superar, em função do bem comum, as perspectivas paroquiais e o subdesenvolvimento cívico".

Sem preconceitos, mesmo os partidários, quis ser Ministro da Aliança, partícipe do pacto de transição. E, durante 95 dias, como Ministro do Inte-

rior, não medi esforços. Procurei, logo após me ser transmitido o cargo, definir uma filosofia de ação, para consistentemente enfrentar o enorme desafio da pasta. Não desconhecia que o Ministério do Interior, em face do seu ecletismo e à vastidão de sua área de ação, trata da problemática do índio, da questão dos territórios, dos programas do Rondon, da defesa civil (especialmente das secas e demais calamidades públicas).

Centralizei, entretanto, a ocupação e preocupação — sem desmerecimento dos outros campos específicos de ação — no problema do desenvolvimento regional.

O Sr. Inocêncio Oliveira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOAQUIM FRANCISCO — Com prazer, nobre Constituinte.

O Sr. Inocêncio Oliveira — Meu caro Colega Joaquim Francisco, acompanhei de perto o trabalho desenvolvido por V. Ex^a à frente do Ministério do Interior e posso dizer, alto e bom som, que durante os 95 dias em que V. Ex^a esteve à frente do órgão, se não pôde realizar um trabalho mais profícuo, em face da exiguidade do tempo, realizou aquilo que era possível neste momento que vivemos. Nunca procurou discriminar, qualquer que fosse o Partido. Acompanhou os problemas atinentes a sua pasta. Atendeu aos Deputados, Senadores, Prefeitos, enfim, aos legítimos representantes do povo e procurou realizar sua obra, voltada principalmente para os mais pobres e mais carentes de nosso País. Até na maneira de sair: saiu com muita grandeza. V. Ex^a, enfim, no Ministério do Interior, esteve à altura das mais ricas tradições de honestidade, de bravura e altivez, peculiares ao povo do nosso Estado. Portanto, Ministro Joaquim Francisco, permita-me que nesta hora diga isto: V. Ex^a honrou as mais ricas tradições de Pernambuco.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO — Agradeço a V. Ex^a o aparte, pela sua inteligência e combatividade e por tudo que V. Ex^a representa nesta Casa, o aparte deixa enriquecido meu discurso.

Prossigo, Sr. Presidente:

Em minha primeira visita a Pernambuco, um mês após assumir o Ministério, dimensionei essa perspectiva vocacional do MINTER, com as palavras que ora reproduzo:

"O desenvolvimento regional está presente em toda a dimensão do setor público, vez que toda ação de Governo tem um rebatimento regional. É equivocado pretender-se superar as disparidades regionais apenas através dos instrumentos compensatórios ou apenas de políticas setoriais. O papel do MINTER é, superado tal equívoco, não apenas operar os instrumentos de compensação. É também compreender as peculiaridades regionais, confrontá-las e transportá-las para as políticas nacionais, interregionalizando o regional.

A partir daí, dentro da perspectiva estruturalista da ação pública, as agências regionais têm por missão ser os canais de que se serve o MINTER para exercer a coordenação das políticas nacionais na região; a identificação das potencialidades e demandas regionais; e, por fim, a implementação dos instrumentos compensatórios.

As agências de desenvolvimento regional têm de ser fortalecidas para o exercício dessa tríplice missão, sem se restringir à administração dos incentivos ou à coordenação de programas regionais porquanto, a despeito de sua importância, não será apenas — tais mecanismos compensatórios que iremos transformar a realidade distorcida. É preciso mais: que a política tributária leve em conta a disfuncionalidade interregional (ou seja, que as transferências federais estejam comprometidas com a elisão dos desequilíbrios regionais de renda.) O que, na ordem prática, implica, por exemplo, em que todas as transferências federais — desde o FPM até as transferências à conta do salário-educação — sejam distribuídas na razão inversa da renda **per capita** e na razão direta da população carente. Por isso, a política de gastos públicos deve ser transparentemente regionalizada. E, por igual razão, as políticas monetárias, cambial, de exportação, agrícola, industrial, educacional, sanitária, entre outras; quer as setoriais, quer as macroeconômicas.”

Procurei, portanto, como indicam estas palavras de diretriz, envolver o MINTER na sua tarefa essencial: ser o grande agente nacional da elisão dos desequilíbrios regionais que vêm marcando o mapa econômico e social do País.

Em 95 dias, alguma coisa pude fazer, vencendo as dificuldades estruturais e as antinomias da circunstância, sem me afastar dos princípios irrenunciáveis que pautam minha vida pública. Com o excelente corpo técnico que forma o MINTER — a quem presto minha homenagem e ratifico o melhor agradecimento — consegui viabilizar a implantação do Programa de Apoio ao Produtor Rural do Nordeste. Iniciei os trabalhos de formulação do Projeto Amazônia, do Procentro, do Programa de Ecodesenvolvimento do Pantanal, do Projeto Nordeste Alimentos. Criei o Fundo de Desenvolvimento Regional, constituído com base nos resultados operacionais do Banco do Nordeste. Expandi o crédito agrícola no Nordeste, visando sobretudo o atendimento dos pequenos produtores rurais e aos atingidos pela seca. Ampliei a atividade do Ministério nos Territórios de Roraima e Amapá. Demarrei os trabalhos de instalação da administração civil em Fernando de Noronha. Promovi a aprovação dos orçamentos iniciais do FINOR e do FINAM.

Disciplinei o Programa de Apoio às pequenas e microempresas do Nordeste e da Amazônia. Promovi a demarcação de 7 áreas indígenas, no total de 2,7 milhões de hectares. Instalei a comissão interinstitucional, objetivando a solução dos problemas no garimpo de Serra Pelada. Ofereci socorro às vítimas das calamidades públicas do Sul do País, Dei início à instalação do Distrito de alta tecnologia na Zona Franca de Manaus. Implantei o Programa Combate aos efeitos da seca verde no Nordeste. Iniciei a reestruturação organizacional do Ministério. Criei o comitê interregional de desenvolvimento e a comissão de informática do MINTER.

Percorri as diversas regiões do País, conhecendo as realidades desses vários brasis, recolhendo subsídios para a ação Ministerial.

Em face de indícios veementes, agi sempre sem transgredir com os casos de corrupção.

Entretanto, apesar de todo esse esforço — meu e da equipe do Ministério — Fui descobrindo que se articulavam ações contestatórias que, fingindo

aos princípios de seriedade administrativa e ao diálogo democrático, geravam persistentemente obstáculo ao trabalho Ministerial, contra elas contrapus firmeza, trabalho solidário e a obstinação dos que acreditam poder construir, mesmo em terreno pantanoso. Não obstante o esforço, fui vencido pelo clima nebuloso da falta de decisão do Governo, da pulverização do comando e pelo malabarismo dos equilibristas, que se multiplicam em época de incerteza.

Em diversos despachos com o Presidente da República demonstrei, à vista de documentos, que o processo administrativo e a eficiência e eficácia da ação governamental estavam sendo solapados. Fiz ver que as interferências indébitas na órbita do Ministério do Interior, através de ações paralelas, eram prejudiciais ao desempenho administrativo e ao espírito de equipe que deveriam unir os vários escalões de Governo. Fiz ver, sobretudo, que na hierarquia, o princípio de autoridade não precisa ser confundido com autoritarismo e que o seu exercício é condicionante da própria seriedade de Governo, em qualquer tempo e em qualquer regime. Tudo isto levei ao Presidente, em sucessivos despachos. E sucessivamente atendi à sugestão de aguardar solução, solução várias vezes aprazada. Até, Srs. que não tive mais condições, não digo de sustentação política, mas de sustentação moral.

No dia 6, afinal, repeti — agora em caráter definitivo — o único gesto que me restava: o pedido de exoneração. Gesto a que fui impellido, portanto, pela falta do apoio que me era devido, não como pessoa, mas como Ministro de Estado, no sentido de preservar a unidade administrativa e o exercício da autoridade.

Sai, portanto, do Ministério, para não violentar os meus princípios e para não contribuir, com um comportamento tíbio e indefinido, para o enfraquecimento das instituições do meu País.

Sai para que o próprio Presidente não fosse mais e mais atingido pela confusão que se possa fazer entre as virtudes da tolerância e da paciência e o pecado da indeseião.

Se, por um lado, eu jamais admiti ser Ministro sem autoridade, por outro lado, nunca pretendi retirar de qualquer entidade vinculada ao MINTER os dirigentes indicados por decisão partidária. Sempre soube que os comandos das várias entidades derivam do pacto promovido pela aliança democrática. Sempre soube disto e não me cabia, pessoal e isoladamente, transtornar os pactos e agredir os fatos, embora estivesse convencido, como estou, que a solução pactuada, pela ausência de verticalidade facilita a dispersão administrativa, entretanto isto não importa que o comando administrativo das entidades seja exercido para transmutá-las em feudos político-partidários.

Não fui intransigente. Não esqueci a correlação de forças que sustentam a transição. Defendi a integridade do Governo e a preservação — admitido um nível razoável de ruído político — da aliança. Fui sincero e fui amigo do Presidente. Relacionei-me normal e efetivamente com os Governadores, dos quais sempre recebi tratamento condigno. Administrei o Ministério sem fazer dele sucursal de partido político, recebendo diariamente dezenas de parlamentares, sem inquirir a que agremiação pertenciam. Através destes, pude manter vínculos cordiais, acompanhando pelos constituintes os trabalhos de elaboração constitu-

cional. Afinal de contas, jamais deixei de me sentir constituinte, honra maior de minha vida política.

Entretanto, as tentativas que fiz para agir solidariamente com alguns segmentos da administração federal demonstraram-se frustrâneas, em face de gestos declarada ou veladamente hostis.

Não fui, por esses, atendido na pregação por uma moratória dos interesses pessoais. A disputa exacerbada de cargos e os interesses imediatistas não me permitiram temporização.

Sei que administrar é gerir problemas. Minha experiência indica, entanto, que é impossível fazê-lo quando falece o apoio da autoridade superior, impedindo o gesto que o momento exige e sem o qual o exercício do cargo passa a ser a razão de si mesmo. Nesta hipótese, para mim inadmissível, passa-se a exercitar o jogo subalterno das artimanhas de sustentação, jogo destituído de caráter ético e de grandeza moral.

Por isso é que estou convencido que a Aliança Democrática, como instrumento político que sustenta a transição, deve ser reciclada em sua metodologia de ação. A sua formulação original, por certo, não previa métodos que ora são utilizados e que a comprometem.

Tancredo não formulou um esquema de transições, mas um processo de transição. E essa transição, ao que me parece, deve ser assumida como uma tarefa histórica de reconstrução democrática e, indispensavelmente, de reconstrução ética.

Não se espera de um Governo de transição, senão que ele se dedique a essa tarefa essencial, por si mesma justificadora do Governo.

Dispensam-se as grandes obras e os grandes programas, desde que o Governo saiba ser um Governo-ponte para a democracia e aperfeiçoamento das instituições, ademais quando este Governo assumiu compromissos expressos com o povo, no manifesto à nação que originou a Aliança Democrática.

Srs. Constituintes:

Não se pense que deixei o Ministério com ressentimentos. Não guardo no peito este sentimento menor, como diria o texto eclesástico: mesmo sendo contra o pecado, sei perdoar o pecador.

A experiência que tive, embora curta, foi densa e inesquecível.

Sofrida, mas valiosa, e a sua validade ou a meço pelo que pude fazer a serviço do meu país e pelo que pude incorporar de conhecimentos do Brasil e dos brasileiros.

Continuo, nesta Assembléia Constituinte, o meu sacerdócio. E repito, neste ensejo, o que já disse repetidas vezes à gente do meu Estado: “Trago na alma coragem e disposição para a entrega, trago a disponibilidade para servir, trago a coragem para o desafio, trago a confiança nos homens, trago a fé em Deus. Vejo que há espaço para construir e sei que sou, como tantos, um operário em construção”.

Anima-se, nesta nova fase de minha caminhada, a esperança.

Íngreme que seja a estrada, ressurgentes que sejam os desafios, não cabe o desânimo. Cabe a esperança. E, repito agora o que disse ao transmitir o cargo de Ministro: neste País e neste momento a esperança se chama povo.

Muito obrigado. (Palmas. O orador é cumprimentado.)

Durante o discurso do Sr. Joaquim Francisco o Sr. Arnaldo Faia de Sá, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha) — Tem a palavra o Sr. Constituinte Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Neste instante o nobre Relator desta Assembléia Nacional Constituinte entrega o seu substitutivo, que será peça básica das nossas discussões daqui para diante, das votações da Comissão de Sistematização e, posteriormente, do Plenário da Constituinte.

Os termos deste substitutivo, no entanto, já são conhecidos, passados às lideranças partidárias, discutidos na manhã de hoje e nos dias anteriores. É um texto que não traz nenhuma surpresa, mas apenas reafirma a frustração que os milhões de trabalhadores, os milhões de eleitores que acreditaram, de alguma maneira, nesta Assembléia Nacional Constituinte, que assistiram aos comícios de palanque, experimentam em face desta Assembléia Nacional Constituinte.

Embora haja uma frustração, não é de forma alguma uma decepção, pelo menos para aqueles que conhecem o sistema eleitoral vigente no País e esse sistema representativo, que é muito mais uma fraude sobre a vontade popular do que a expressão da dominação das classes dominantes, dos setores financeiros, da burguesia proprietária nacional e multinacional, sobre a chamada democracia deste País.

Esta Assembléia Nacional Constituinte, em sua composição, é o resultado da manipulação do poder econômico, além do resultado da manipulação política que foi o Plano Cruzado, que serviu como uma enganação adicional para os eleitores, naquela época, que dentro daquele entusiasmo, acabaram votando nos Partidos do Governo, que hoje nos deixou como herança esta Assembléia Nacional Constituinte.

Essa experiência que vivemos, portanto, nessa composição de Assembléia Constituinte e de elaboração do texto constitucional, é uma experiência histórica a mais, que os trabalhadores deste País vivenciam sobre o sistema representativo, sobre o sistema eleitoral. Então, está sendo constatado, através de experiência amarga, que realmente o sistema representativo que deixa de lado a democracia direta, a participação direta dos trabalhadores, é sempre fraudado, sempre representa as classes dominantes e, de uma forma mais ou menos disfarçada, a ditadura dessas classes dominantes, a ditadura da burguesia sobre a grande maioria, que é a das classes exploradas dos trabalhadores e de outros setores oprimidos deste País.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, se esse projeto é uma frustração, não é surpresa. Mas, de qualquer maneira, seria lícito esperar e combater aqui por algumas conquistas no interior desse projeto.

É preciso que o setor popular se debruce sobre esta Assembléia Nacional Constituinte, para pressioná-la, para fazer com que sua luta direta se reflita, pelo menos parcialmente aqui, fazendo com que algumas conquistas sejam consagradas

nesse novo texto constitucional. E aqui não me refiro a uma outra conquista pequena, extremamente superficial e parcial. Se esta Assembléia Constituinte não caminhar no sentido do avanço da ordem econômica, daquelas estruturas mais importantes, mais estruturais deste País, não passarão de demagogia aquelas aparentes conquistas na área social, porque as Constituições passadas, nesse aspecto, nunca inovaram, sempre tiveram belas palavras na área social, belas palavras na área dos direitos individuais, mas, naquilo que é essencial para as classes dominantes, ou seja, na Ordem Econômica, na estrutura capitalista, na estrutura da propriedade, na estrutura do Estado, não há abertura alguma, não há inovação alguma. E esse projeto, nesse aspecto, também não inova. Vivemos, a vigorar esse projeto, do ponto de vista político, sob liberdade condicional, porque as Forças Armadas estão intactas, prontas para desferir um golpe de Estado, caso as massas populares avancem no processo de construção de uma nova sociedade, avancem no rumo da construção de uma sociedade socialista. É preciso que essa compreensão exista nos nossos trabalhadores, no nosso povo.

Também na Ordem Econômica quase nada se feriu, aqui. Muito se falou que a reforma agrária era uma fraude, naqueles textos consagrados dos diversos projetos que aqui se sucederam. Contudo, outros aspectos sequer foram tocados como, por exemplo, a dívida externa, uma questão fundamental que pesa sobre toda a política econômica brasileira, que condiciona a política econômica do Brasil. É um tabu que esta Assembléia Nacional Constituinte se recusou a examinar, se recusou a tirar esse peso do povo, deixando que a dívida externa, a cada instante, manifeste todos os seus efeitos deletérios sobre todo o País.

Estamos vendo, agora, a inflação ultrapassando aquelas previsões que já não eram tão otimistas como as do Plano Cruzado I, impulsionadas, em grande parte, pelo problema cambial, que levou à ruptura daquele plano.

Outro fantasma que ronda qualquer política econômica, o déficit público, presentemente, que leva a tensões insuportáveis o "Cruzadinho" atual, também é fruto, em grande parte, dos compromissos externos das empresas estatais, do setor estatal, que é comprometido, além do problema do endividamento interno, pela componente financeira dos seus custos. Sobre isso, nada se fez nesta Constituinte. A dívida externa deve merecer um tratamento especial nesta Constituinte, definindo como o País vai tratar do seu problema de dívida externa. De agora em diante, para sempre, o País deve dizer claramente que nenhum compromisso financeiro poderá se sobrepor à soberania nacional, ou ao bem-estar do povo. Esse deve ser um princípio permanente neste País e ir, além disso, definindo que o País não pagará dívidas contraídas sob regimes políticos e econômicos contrários aos interesses do povo, como foi esse regime de vinte anos, por exemplo; que o País não pagará dívidas contraídas de países ou organismos que se dedicam à exploração de povos, que são os sistemas imperialistas que vicejam por aí, com o sistema financeiro internacional que levou o País a pagar várias vezes a mesma dívida e essa dívida só aumenta; e que o País, também, não poderá pagar dívidas oriundas de fraudes, oriundas de aplicações, sem nenhum be-

nefício para o povo, aplicadas em corrupção, aplicadas em obras orientadas apenas pelos interesses empresariais. Nas disposições transitórias, deveria claramente definir que seria feita uma auditoria nesta dívida externa para apurar, da atual dívida, o seu enquadramento ou não a esses requisitos e cancelar sumariamente aquelas que daí fugissem, fazendo um cronograma adequado às possibilidades do povo brasileiro ao restante da dívida. Não se trata, portanto, de deixar de pagar alguma aquisição feita a países do Terceiro Mundo, alguma dívida contraída legitimamente. Mas, essa atitude já nos tiraria um peso — creio — de cerca de 95% dessa dívida externa monstruosa de 110 bilhões de dólares. Quando analisamos o sistema tributário proposto, que também diz respeito à questão econômica deste País, percebemos que também aí não houve avanço substancial. A reforma tributária proposta neste Projeto, avança apenas na descentralização dos recursos, avança com relação ao atendimento às reivindicações regionais; mas, no plano da justiça social, no plano da redistribuição de rendas, nada se inovou no sistema tributário. Não se criou sequer um imposto sobre o patrimônio, para taxar o patrimônio das empresas, para taxar o patrimônio, o ouro, qualquer tipo de aplicação, esses investimentos hoje são inteiramente isentos de impostos; enquanto aquele que tem um carro velho ou uma casa paga imposto; mas quem tem os grandes patrimônios escapam facilmente do Imposto de Renda. É preciso que essa Constituição realmente defina para o sistema tributário brasileiro um imposto progressivo. Que o Imposto de Renda recaia pesadamente sobre o capital, aumentando a carga tributária e revogando esse microimposto sobre venda a varejo, que obriga o povo mais pobre a pagar impostos fazendo com que as Prefeituras briguem com os camelôs, mas não promovendo a justiça fiscal. É preciso consagrar, também, na reforma tributária, as imunidades fiscais para os produtos de primeira necessidade, embora já definidos em lei. Transformar o novo imposto sobre herança em algo aplicável, transferindo-o para a União, porque como está, como encargo dos Estados, assistiremos às guerras fiscais e aos paraísos fiscais; serão impostos inaplicáveis, inclusive porque esta Constituição não estabeleceu sequer um piso para esse imposto. Portanto, tratou-se de uma demagogia adicional, quando deveria ter um mínimo de 4% de piso para o imposto sobre herança, que seria um piso extremamente flexível, não tão pesado a ponto de inviabilizar o sistema de herança neste País.

Com relação à questão das estatizações, que tanto têm envolvido e polarizado os debates aqui, parece que todas as propostas e projetos foram extremamente tímidos ou francamente reacionários, francamente pró-capitalistas, defensores dos capitais multinacionais e nacionais. Não há como fazer uma política econômica séria sem estatizar o comércio exterior. Esse Governo atual chegou a ser incapaz até mesmo de fiscalizar a exportação de café, que é um produto cuja cotação é conhecida — está nas páginas de jornal —, um produto de fácil reconhecimento, homogêneo. E, no entanto, se pratica no Brasil às escâncaras, com a subfatura das exportações de café, para inundar o País de dólares para o câmbio negro, além de se fugir, abertamente, ao chamado confisco cambial, aos impostos inerentes dessa exportação. Pa-